



FAQ

**RETORNO PRESENCIAL
A PARTIR DE 04 DE OUTUBRO**



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

FAQ

RETORNO PRESENCIAL A PARTIR DE 04 DE OUTUBRO

1 QUAL A PRINCIPAL MUDANÇA TRAZIDA PELO DECRETO JUDICIÁRIO 2.437/2021 EM RELAÇÃO ÀS NORMAS ANTERIORES?

A principal mudança é possibilidade de realização de todos os atos na forma presencial, a exemplo das sessões do tribunal do júri de réu solto.

2 TODOS OS ATOS DEVEM SER REALIZADOS NA FORMA PRESENCIAL A PARTIR DE 04.10.2021?

NÃO. De acordo com o art. 2º do Decreto Judiciário 2.437/2021, sempre que possível, os atos/audiências e comunicações judiciais devem ser realizados preferencialmente nos formatos virtual/telepresencial. Isso evita a locomoção e aglomeração das pessoas.

3 TODOS OS SERVIDORES QUE ESTAVAM EM TELETRABALHO DEVEM VOLTAR PARA O PRESENCIAL NO DIA 04.10.2021?

NÃO. É possível que os interessados continuem em teletrabalho total ou parcial (sistema híbrido) mediante a aplicação da Resolução 131/2020, sendo que as pessoas na situação descrita no art. 6º do Decreto 2.437/21 têm preferência.

4 COMO OS SERVIDORES DEVERÃO REQUERER O TELETRABALHO (PARCIAL OU INTEGRAL) COM BASE NA RESOLUÇÃO 131/2020?

Mediante requerimento ao superior hierárquico, que, autorizando, firmará um plano de trabalho para cada servidor e enviará, via PROAD, para anotação na Diretoria de Recursos Humanos do TJGO. Caso contrário, os servidores deverão se apresentar para o trabalho presencial. Para a solicitação de participação no teletrabalho também se faz necessário o preenchimento de formulário próprio.

Os documentos mencionados estão disponíveis no seguinte link: <https://www.tjgo.jus.br/index.php/teletrabalho/como-solicitar-o-teletrabalho>

FAQ

RETORNO PRESENCIAL A PARTIR DE 04 DE OUTUBRO

5 AS PESSOAS QUE PLEITEAREM O TELETRABALHO COM BASE NO ART. 6º DO DECRETO 2.437/2021 DEVEM VOLTAR AO TRABALHO PRESENCIAL NO DIA 04/10.2021?

NÃO. Se houver concordância do chefe imediato, será feito o plano de trabalho e observada a Resolução 131/2020, sem necessidade de envio à Junta Médica. Ainda que o superior hierárquico discorde do pedido, os servidores podem continuar em teletrabalho até a decisão que será proferida após parecer da Junta Médica. O retorno será obrigatório se houver indeferimento, a partir da data em que o servidor for devidamente cientificado da decisão.

6 AS PESSOAS DESCRITAS NO ARTIGO 6º DO DECRETO 2.437/21 CONTINUAM TENDO PREFERÊNCIA AO TELETRABALHO MESMO DEPOIS DE TEREM TOMADO A 2ª DOSE DA VACINA?

NÃO. Depois de decorridos 20 dias após a segunda dose da vacina, a prioridade pelo teletrabalho descrita no artigo 6º do Decreto 2.437/21 somente prevalecerá mediante a exceção acolhida pela Junta Médica do Poder Judiciário em decorrência das peculiaridades do caso concreto.

7 EM RAZÃO DO DISPOSTO NO ART. 10, I, “D” DA RESOLUÇÃO 131/2020, OS JUÍZES LEIGOS ESTÃO IMPEDIDOS DE REALIZAREM O TELETRABALHO?

NÃO há impedimento. Apenas é necessário que se faça o plano de trabalho. O mesmo se aplica em relação a assessores ou assistentes de magistrados.

FAQ

RETORNO PRESENCIAL A PARTIR DE 04 DE OUTUBRO

8 OS ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO TAMBÉM PRECISAM DO PLANO DE TRABALHO?

NÃO. Segundo o Decreto Judiciário 1.310/2021, os estagiários de pós-graduação atuarão, em regra, nessa MODALIDADE.

9 AQUELES QUE NÃO COMPLETARAM O CICLO DE IMUNIDADE (DUAS DOSES + 20 DIAS) TAMBÉM TÊM PREFERÊNCIA NA REALIZAÇÃO DE TELETRABALHO?

SIM. Para permanecerem em teletrabalho deverão comprovar para o superior hierárquico de que ainda estão aguardando a data para complementação do ciclo, segundo o cronograma da autoridade local e preenchimento do formulário próprio e plano de trabalho.

10 O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 2.437/21 SE APLICA TAMBÉM AOS PROCESSOS REFERENTES A MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E CUMPRIMENTO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE EM GERAL?

SIM. É importante que o magistrado inclusive oriente todos os envolvidos acerca das regras sanitárias necessárias e imprescindíveis para evitar a disseminação/contaminação.

11 MESMO COM PARECER FAVORÁVEL DO SUPERIOR HIERÁRQUICO AO PEDIDO DO TELETRABALHO, COM BASE NO ARTIGO 6º DO DECRETO 2.437/21, É PRECISO PASSAR PELA JUNTA MÉDICA?

NÃO. O parecer da Junta Médica só é necessário quando o superior hierárquico discorda do pedido de teletrabalho, com base no artigo 6º, por parte do servidor.

FAQ

RETORNO PRESENCIAL A PARTIR DE 04 DE OUTUBRO

12 NAS UNIDADES QUE SÃO 100% DIGITAL (JUÍZO 100% DIGITAL) É NECESSÁRIO MANTER SERVIDOR NO LOCAL FAZER PARA ATENDIMENTO PRESENCIAL?

SIM. A Recomendação CNJ nº 101/2021 orienta no sentido de que deve permanecer no local pelo menos um servidor.

13 EXISTE UM PERCENTUAL DE SERVIDORES QUE DEVEM PERMANECER NO TRABALHO PRESENCIAL?

NÃO. O importante é que seja observado o distanciamento previsto no Plano de Retomada das Atividades Presenciais, disponível no site do TJGO, e também que seja garantido o serviço presencial, segundo a realidade de cada unidade.

